



Manaus Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.584.854/0001-37

Relatório da Administração

Mensagens da Administração

O ano de 2023 foi de grandes realizações e entrega de resultados consistentes. Mantivemos nossa adequação e disciplina na operação e manutenção das instalações, bem como nas atividades financeiras e de engenharia com os níveis adequados de desempenho, com foco nas melhores práticas e visando principalmente a preservação da saúde e segurança de nossos colaboradores. Ainda no pilar de segurança e cientes da necessidade de seguir com a construção de uma empresa responsável, seguimos investindo numa sólida liderança, com metodologias de monitoramento de atividades em campo, treinamento e capacitação de colaboradores, prêmios e celebrações um ano com o menor nível de taxa de frequência de acidentes. Reforçamos ainda nosso compromisso com princípios de governança, com investimentos em gestão de riscos, compliance e avanços com ações para garantir ainda mais um ambiente de trabalho seguro, inclusivo e acolhedor, com palestras de saúde, programas de incentivo a atividades físicas, com a ampliação da presença feminina em cargos de liderança e funções operacionais, iniciativas fundamentais para o nosso sucesso de longo prazo. Nosso desempenho econômico-financeiro segue consistente com um crescimento de 8% no EBITDA, alcançando R\$197,3 milhões, com uma margem de 89,4%, resultado da combinação da revisão tarifária de 3,94% (IPCA) e do índice de gastos iniciada em 2022, que resultaram numa redução de custos operacionais em aproximadamente R\$8 milhões. O plano de disponibilidade da linha de transmissão alcançou o patamar de 99,86%, reforçando assim nosso compromisso e consistência com a eficiência operacional e gestão do ativo. Do ponto de vista do resultado financeiro encerramos o ano com uma posição de lucro líquido de R\$220,6 milhões, com uma redução líquida de R\$552,2 milhões em relação ao exercício anterior. A redução líquida foi uma redução de 20,3% em relação ao Índice de 2022 causada pela amortização da dívida no início e pela forte geração de caixa no exercício. Além disso, a Companhia distribuiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$17 milhões. Já para 2024 projetamos um total de R\$90 milhões em dividendos demonstrando assim uma forte capacidade de geração de caixa e retorno aos nossos acionistas. Seguiremos resilientes, engajados para a contínua jornada de crescimento e criação de valor, investindo no tempo de transmissão, com foco na segurança, eficiência e sustentabilidade, garantindo o desenvolvimento da sociedade e a qualidade de vida a todos. Agradecemos a todos os colaboradores pelo comprometimento e dedicação e aos demais stakeholders pela confiança e contribuição para o aprimoramento contínuo da Companhia. **A Administração.**

Destacadas

- Receta Líquida de R\$220,6 milhões, crescimento de +9,5% frente a 2022.
- Resultado Financeiro de R\$91 milhões, redução de 6,1% frente ao exercício de 2022.
- Pagamento de dividendos de R\$17,0 milhões.
- Divida Líquida de R\$562,1 milhões (-13,9% vs 2022)
- EBITDA R\$197,3 milhões (+8,0% vs 2022)

Indicadores financeiros			
(em milhares de reais)	2022	2023	Variância
Receta operacional líquida	220,6	201,4	-9,5%
Receta operacional líquida menos custos operacionais	220,6	201,4	-9,5%
EBITDA - CVM nº 527 (**)	197,291	182,688	-8,0%
EBITDA Ajustado (***)	199,802	184,772	-8,1%
Margem EBITDA	89,4%	90,7%	+1,3 p.p
Margem EBITDA AJUSTADO	90,7%	92,1%	+1,4 p.p
Resultado Financeiro	(90,967)	(96,834)	-6,3%
Lucro líquido	69,881	55,313	-20,3%
Divida Líquida (***)	562,069	562,735	+0,1%
Divida Líquida AJUSTADA	2,9	3,6	+23,8%

(*) EBITDA padrão do CVM de acordo com a Instrução CVM nº 527. (***) **Itens não recorrentes** são ocorrências extraordinárias que afetaram o resultado no período. Alguns despesas são incorridas por razões que não envolvem as operações normais de negócios e consequentemente, não afetam o ciclo operacional da Companhia. (***) Divida líquida: A divida líquida corresponde aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa, TVM, aplicações bancárias e depósitos vinculados. A divida líquida é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e não possui significado padrão. Outros comandos podem calcular a sua divida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Balancos Patrimoniais para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		280.564	240.250
Caixa e equivalentes de caixa	4	73.888	48.087
Contas a receber	5	20.702	19.345
Tributos a recuperar	7	1.757	1.876
Outras contas a receber	9	-	9.405
Ativo de contrato de concessão	8	174.394	151.505
Sobresaltes		5.554	4.922
Outros ativos		4.269	5.110
Realizável a longo prazo		2.101.425	2.109.787
Contas a receber	5	185	138
Depósitos vinculados	10,3	8.558	-
Depósitos judiciais	11(6)	58	17.410
Tributos a recuperar	7	13.465	12.403
Ativo de contrato de concessão	8	2.078.999	2.079.575
Intangível		160	261
Total do ativo		2.381.989	2.350.037

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Em 31/12/2021		1.115.333	1.115.333
Lucro líquido do exercício	14	-	-
Destinação do resultado do exercício		-	-
Constituição de reservas	14,3	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14,3	-	-
Distribuição de dividendos adicionais	14,3	-	-
Em 31/12/2022		1.115.333	1.115.333
Lucro líquido do exercício	14,3	-	-
Reclassificação de dividendos a pagar	14,3	-	-
Destinação do resultado do exercício		-	-
Constituição de reservas	14,3	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14,3	-	-
Em 31/12/2023		1.115.333	1.115.333

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Manaus Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Manaus") é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Brasília - DF. Seu único acionista é a Evoltz Participações S.A. ("Evoltz"). A Companhia foi constituída em 22/04/2008 com o propósito específico e único de operar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, operação, manutenção e construção de instalações de transmissão de rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14/03/2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS S/A. A Companhia não desenvolveu, no exercício findo em 31/12/2023, atividades não relacionadas ao objeto de sua concessão. **1.1. Concessão.** A ANEEL autorizou a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 010/2008 - ANEEL de 16/10/2008, por prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão 500 KV Oxirimaí/Cairiri CD, SE Itacoaitara 500/138 KV e SE Cairiri 500/230 KV, no Anexo 6C do Edital nº 004/08-ANEEL. As instalações de transmissão da Companhia foram disponibilizadas para operação em 14/03/2013. A partir de 07/02/2023, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.216, homologou a nova Receita Anual Permitida - RAP do ciclo 2023/24 de R\$2.147(R\$206.448 para o ciclo 2022/23), com período de vigência 07/2023 a junho de 2024.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis relevantes

As políticas contábeis relevantes aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação e apresentação.** Declaração de conformidade. As demonstrações financeiras foram preparadas sob o regime contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão. Estas demonstrações financeiras apresentam informações comparativas com o exercício anterior. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e que correspondem às informações utilizadas em sua gestão. As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Executiva aprovou a apresentação das demonstrações financeiras de preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aqueles áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade de bem como as áreas nas quais as pressões e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão detalhadas na nota 3.2. **2.2. Base de preparação e apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a medida do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("medida funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a de apresentação da Companhia. **Princípios contábeis contábeis.** A Companhia aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todas as demonstrações financeiras. **2.3. Instrumentos financeiros.** Salvo indicação em contrário, os instrumentos financeiros são avaliados com base no custo histórico. **2.4. Instrumentos financeiros.** A Companhia aplica os requisitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 19/01/2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e reconhecimento de perdas não creditícias. **2.5. Ativos financeiros.** a) **Reconhecimento inicial e mensuração.** **b) Custo amortizado.** Um ativo financeiro é reconhecido e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Em 31/12/2023, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são as contas a receber de clientes. **c) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado.** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros em instrumentos patrimoniais negociados no mercado de capitais, incluindo ativos ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31/12/2023, outros ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são os seguintes: **2.6. Passivos financeiros.** A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** **b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros.** Conforme o CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos financeiros negociados no mercado de capitais, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.7. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.8. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o passivo financeiro se extingue ou quando o passivo financeiro é liquidado, e apenas quando há transferência de controle. **2.9. Ativos financeiros.** A Companhia tem direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus Transmissora regularmente a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia em termos financeiros. A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras é o custo amortizado. **a) Reconhecimento inicial e mensuração.** O reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro quando o pass



Manaus Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.584.854/0001-37

de não haver prazo de cura específico, em até 5 (cinco) dias corridos contados do inadimplemento;

■ Protestos de títulos contra a Companhia cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$24.000, ou seu equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo legal (1) for validamente comprovado pela Companhia que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros, ou (2) o protesto for cancelado, ou (3) se tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo poder judiciário, ou (4) a Companhia tiver apresentado comprovante de pagamento dos respectivos títulos protestados;

■ Redução de capital da Emissora, exceto se aprovado pela ANEEL e (i) o capital social integralizado representar, no mínimo, 20% (vinte por cento) do ativo total da Emissora após a redução de capital, a ser apurado com base nas demonstrações financeiras auditadas imediatamente subsequentes à entrega cumprido o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") conforme Cláusula 6.2.1 da escritura (i), ou (ii) se previamente aprovado pelos Debenturistas, nos termos do artigo 174, §3º, da Lei das Sociedades por Ações; ■ Cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações da Emissora, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, sem a prévia autorização dos Debenturistas; ■ Distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio e/ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas, inclusive mediante resgate ou amortização de ações de emissão da Emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Emissora; caso (i) a Emissora não esteja adimplente com (g.1) o ICSD mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) até o 5º (quinto) aniversário das Debêntures, ou seja, 15/04/2026, inclusive; ou (g.2) 1,10 (um inteiro e dez centésimos) após o 5º (quinto) aniversário das Debêntures; ou (ii) a Emissora esteja inadimplente com qualquer das obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia; ■ Alienação de ativos pela Companhia e/ou constituição e/ou prestação pela Companhia, de quaisquer ônus, gravames, garantias, inclusive garantias fiduciárias, e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade, conforme aplicável, da Companhia, em benefício de qualquer terceiro, excetuando-se (i) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a operações na modalidade "leasing operacional", em valor individual ou agregado em cada exercício social da Companhia, não superior a R\$15.000; (ii) alienações ou onerações decorrentes de leilões; (iii) alienações ou onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão; ou (iv) garantias prestadas no âmbito da Emissão, nos termos dos Contratos de Garantia; ■ Não observância pela Emissora, em cada data de apuração, (i) até o 5º (quinto) aniversário das Debêntures, ou seja, 15/04/2026, inclusive, do ICSD mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos); e (ii) após o 5º (quinto) aniversário das Debêntures, do ICSD mínimo de 1,10 (um inteiro e dez centésimos). Caso o ICSD mínimo fique no intervalo entre (1) 1,05 (um inteiro e cinco centésimos), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, durante o período indicado no item (i) acima, ou (2) 1,05 (um inteiro e cinco centésimos), inclusive, e 1,10 (um inteiro e dez centésimos), exclusive, durante o período indicado no item (ii) acima, a Emissora poderá curar o inadimplemento ocorrido nos termos desta Cláusula mediante depósito em conta vinculada ("Conta de Complementação do ICSD"), o qual deverá ser efetuado anteriormente à apresentação do cálculo anual do ICSD ao Agente Fiduciário, do valor necessário para que o ICSD Modificado, ou seja, considerando em seu cálculo os valores depositados na Conta de Complementação do ICSD, calculado de acordo com a fórmula inserida no Anexo II da escritura, atinja os resultados mínimos exigidos nos itens (i) ou (ii) acima, conforme o caso, sendo certo que este mecanismo não poderá ser utilizado pela Emissora em mais do que: (x) 2 (duas) vezes consecutivas; ou (y) 3 (três) vezes de forma alternada até a Data de Vencimento. A Conta de Complementação do ICSD será a conta corrente vinculada a ser aberta nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e credida fiduciariamente aos Debenturistas nos termos do referido instrumento, observado que os recursos retidos na Conta de Complementação do ICSD somente poderão ser liberados caso haja o cumprimento do ICSD mínimo aplicável no período seguinte de apuração, a ser confirmado pelo Agente Fiduciário; ■ Não exercício final em 31/12/2023, a Companhia não atingiu o Índice acima determinado pelo segundo ano consecutivo, uma vez que o Índice apurado foi 1,15. Conforme previsto na Escritura das Debêntures, caso não seja atingido o índice de 1,20, e o ICSD apurado seja superior a 1,05, a Companhia poderá curar o inadimplemento ocorrido mediante depósito em conta vinculada do ICSD dos recursos necessários para reestabelecer o cálculo do ICSD de 1,20. Em razão do não atingimento do Índice a Companhia manteve o depósito efetuado em 7/02/2023, em conta reserva no montante de R\$7.776, (saldo atualizado R\$8.558 em 31/12/2023) assegurando assim a manutenção do índice financeiro estabelecido contratualmente e não execução do vencimento antecipado da dívida. Com exceção do Índice ICSD acima, a Companhia atendeu às cláusulas previstas no exercício findo em 31/12/2023.

	31/12/2023	31/12/2022
Ambientais	1.983	4.169
Sobressalentes	17.648	21.197
Contingências	2.894	2.812
Provisão de fornecedores	-	990
	22.525	29.168
Circulante	4.722	7.871
Não circulante	17.803	21.297
	22.525	29.168

Provisões ambientais. Referem-se à provisão de contratação de serviços para atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental. Entre os principais projetos destacam-se programas de fauna, educação ambiental, comunicação social, diagnóstico socioambiental, gestão ambiental, reposição florestal, compensação ambiental, dentre outros. **Sobressalentes.** Referem-se à aquisição de materiais e peças sobressalentes para formação de reserva técnica para possíveis revidas e provisões pré-operacionais. **Provisão para contingências.** A Companhia é parte em processos judiciais de naturezas regulatória, trabalhista e tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Companhia substancia na avaliação do departamento jurídico interno e na opinião de seus assessores jurídicos externos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição. **Provisão de fornecedores.** Corresponde a provisão de fornecedores de serviços e materiais para reconhecimento em conformidade com a competência. **a) Movimentação das provisões**

	Provisões de				
	Ambientais	Sobressalentes	Contingências	Fornecedores	Total
Em 31/12/2021	6.593	21.197	2.416	1.343	31.549
Adições	-	-	3.027	990	4.017
Baixa/Reversões	-	-	(985)	(1.343)	(2.328)
Atualizações	-	-	448	-	448
Pagamentos (ii)	(2.424)	-	(2.094)	-	(4.518)
Em 31/12/2022	4.169	21.197	2.812	990	29.168
Adições	(18)	(3.549)	-	(990)	(4.557)
Baixa/Reversões (i)	-	-	152	-	152
Atualizações	-	-	(70)	-	(70)
Pagamentos (ii)	(2.168)	-	(2.094)	-	(4.262)
Em 31/12/2023	1.983	17.648	2.894	-	22.525

(i) O montante de R\$3.549, refere-se basicamente a baixa de sobressalentes já consumidos no montante de R\$1.701 e baixa de provisões pré-operacionais sem expectativa de realização no montante de R\$1.848. (ii) Referente basicamente a amortização da condicante à LO nº 1.135 de acordo com cronograma de pagamento a encerrar-se em 30/07/2024, vide NE 20 - Aspectos Ambientais. **b) Passivos contingentes.** A Companhia é parte integrante em processos judiciais com riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, conforme CPC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis (i)	1	8.548
Fundário (ii)	45.869	31.140
Regulatório (iii)	25.946	25.197
Tributários (iv)	37.193	26.614
Trabalhistas	34	44
	109.043	91.543

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Manaus Transmissora de Energia S.A.** - Brasília - DF

Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Manaus Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria. Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, formam a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato. Conforme divulgado na nota explicativa 3.1, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter tal infraestrutura, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$ 253.393 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeta ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros, (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão, (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato, (iii) leitura dos contratos de concessão e seus anexos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato, (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos. Demonstração do valor adicionado. A demonstração do valor adicionado (OVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada de forma complementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC-TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

(i) Ações de fornecedor contra a Companhia onde é pleiteado o pagamento de prejuízos sofridos em contrato de empreitada assinado entre as partes decorrentes de descumprimento contratual e cobrança de títulos. A variação decorrente do ganho de causa pela Companhia. (ii) Ações de indenização fundiária relacionadas à liberação de faixa de servidão da linha de transmissão. A variação se refere basicamente a correção monetária e mudança de prognóstico referente a causa descrita no item "c" desta nota explicativa. (iii) Ações em face da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica para suspensão ou cancelamento de aplicação de penalidades por indisponibilidade na linha de transmissão. (iv) Referese basicamente aos autos de infração imputados pela SRF de cobrança de PIS/COFINS apurados ao longo do ano 2010 e de manifestação de incompatibilidade contra despacho decisório que deixou de reconhecer o direito creditório relativo ao saldo negativo de IRPJ apurado no ano calendário 2010 e ao processo referente a retificação da DCTF do ano calendário 2015. Adicionalmente, ações de execução fiscal para discussão de valores devidos pelo não recolhimento do ICMS nos estados do MT, PA e AM

d) Depósitos judiciais

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	55	64
Fundiários (i)	3	17.346
	58	17.410

(i) Trata-se de ação de constituição de servidão administrativa ajuizada pela Manaus Transmissora, no âmbito da liberação fundiária da faixa de servidão para fins de construção, operação e manutenção do sistema denominado Linha de Transmissão Oriximimá – Itacoatiara – Cari, Circuito Duplo, em 500 kV, empreendimento de Utilidade Pública. No curso da ação, entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, houve bloqueio judicial no importe total de aproximadamente R\$33.000 (valor histórico), sendo que, desse montante, R\$17.000 (valor histórico) foram liberados a parte contrária, permanecendo o restante em conta judicial (montante atualizado de R\$18.054). Sentença anulada em 27/09/2022 pelo Superior Tribunal de Justiça. Nova sentença proferida em dezembro de 2022, renovando a oportunidade recursal e rediscussão do mérito, fatos e provas. No dia 04/08/2023, foi realizada a devolução do montante depositado corrigido no montante aproximado de R\$18.017 à Companhia relativo à decisão anulada pelo Superior Tribunal de Justiça. **d) Garantias judiciais e fianças.** A Companhia oferece garantias como ferramenta de condição legal para circunstâncias específicas. Isso não implica pagamento antecipado, nem reconhecimento da condenação. Em 31/12/2023, a Companhia possui garantias legais para contingências de direito tributário e regulatório.

12. PIS e COFINS diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
PIS diferido	34.601	34.430
COFINS diferido	159.352	158.560
	193.953	192.990
Circulante	1.979	963
Não circulante	191.974	192.027

Os montantes refletem os efeitos fiscais diferidos do PIS e da COFINS na aplicação dos procedimentos contábeis relacionados ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados no balanço patrimonial

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias, líquidas	(236.925)	(199.141)
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	106.768	105.320
	(130.157)	(93.821)

b) Reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	106.218	85.753
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(36.114)	(29.156)
Outras adições (exclusões)	(223)	(1.284)
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no exercício	(36.337)	(30.440)
Diferidos	(36.337)	(30.440)
	(36.337)	(30.440)
Alíquota efetiva	34%	35%

c) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. O ativo diferido de imposto de renda e contribuição social foram reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses saldos a partir de projeções de resultados tributários futuros preparados pela Administração. Tais projeções foram elaboradas com base em premissas e julgamentos internos, bem como projeções de cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Companhia espera realizar integralmente os IRPJ e CSLL diferidos ativos registrados em 31/12/2023 de acordo com o seguinte cronograma futuro:

	2024	2025	2026	Após 2026	Total
IRPJ e CSLL diferidos	1.359	2.949	4.748	97.712	106.768

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social. Em 31/12/2023 e 2022 o capital social é de R\$1.115.333.123, representado por 1.255.333.123 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas, de propriedade integral da EVOOLT Participações S.A. **14.2. Reservas de lucros. a) Reserva legal.** Constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício social, limitada a 20% do capital social, em atendimento à legislação societária brasileira em vigor. **b) Reserva de retenção de lucros.** Constituída com base no lucro líquido remanescente após as destinações do resultado do exercício aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral. **c) Reserva de incentivo fiscal.** Incentivo fiscal do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Goiás, concedidos pela SUDAM. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada na demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e a legislação fiscal vigente. **14.3. Dividendos.** Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

14.4. Lucro por ação. O cálculo do lucro básico por ação para o exercício findo em 31/12/2023 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	69.881	55.313
Reserva legal (5%)	3.494	2.766
Lucro base para determinação dos dividendos % dividendos	66.387	52.547
Dividendos mínimo obrigatório	25%	25%
	16.597	13.137

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28/04/2023, foi aprovado a reclassificação dos dividendos constituídos nos exercícios anteriores no montante de R\$70.246, para Reserva de retenção de lucros. Em 16/11/2023 foi realizado pagamento de dividendos no montante de R\$17.000.

14.4. Lucro por ação. O cálculo do lucro básico por ação para o exercício findo em 31/12/2023 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Número de ações ordinárias no início do exercício (milhares)	1.255.333	1.255.333
Número de ações ordinárias ao término do exercício (milhares)	1.255.333	1.255.333
Lucro líquido do exercício	69.881	55.313
Número médio ponderado das ações ordinárias no exercício (milhares)	1.255.333	1.255.333
Lucro básico e diluído por ação	0,056	0,044

A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que devam ser considerados para o cálculo do resultado por ação diluído referente aos exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022. Consequentemente, o resultado por ação básico e diluído são iguais

15. Receita líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta		
Remuneração do ativo contratual	180.517	178.478
Receita de operação e manutenção	21.281	20.517
Outras receitas IFRS (i)	51.477	32.488
	253.275	231.483

31/12/2023 **31/12/2022**

Receita bruta

Deduções da receita

Impostos sobre serviços (PIS e COFINS) (22.979) (20.966)

Encargos do setor (9.088) (7.657)

Provisão de parcela variável de indisponibilidade (PVI) (592) (1.421)

(32.659) **(30.044)**

220.616 **201.439**

Receita líquida

(i) Referese basicamente a diferença entre a amortização do ativo de contrato e o recebimento (AVC).

Operação e Manutenção - O&M - Receita - (Custos (a) 21.281 20.517

Margem (R\$) (21.807) (25.323)

Margem percebida (%) **(25,6%)** **(23,4%)**

(a) Para avaliação das margens de Operação e Manutenção percebidas, estão sendo considerados os custos recorrentes da operação da Companhia. Foram desconsiderados para a base do cálculo, os custos não recorrentes de contingências, uma vez que não estão diretamente ligados a operação e manutenção dos ativos de contrato da Companhia.

16. Custos e despesas

Custos **Despesas**

31/12/2023 **31/12/2022** **31/12/2023** **31/12/2022**

Pessoal (4.157) (3.261) (8.404) (6.832)

Serviços de terceiros (i) (11.789) (17.359) (5.807) (4.618)

Contingências resultado (ii) (113) (912) (40) (2.581)

Impostos e taxas (162) (140) (157) (187)

Seguros (3.925) (3.829) (90) (116)

Provisão para devedores duvidosos (iii) - (1.737) (1.455)

Recuperação de custos/despesas (iv) - 9.525 - (8.458)

Outras despesas (1.774) (734) (308) (749)

(21.920) **(16.710)** **(16.543)** **(16.538)**

(i) A redução se refere principalmente a substituição do principal fornecedor de serviços de O&M da Companhia no montante total de R\$7,6 milhões. (ii) Em despesas de 2022 refere-se ao Auto de Infração decorrente de fiscalização realizada em 2020 pela ANEEL por descumprimento de requisitos regulamentares no montante de R\$2,1 milhões, cujo desfecho foi desfavorável para a Companhia, o montante foi liquidado em junho de 2022. (iii) Provisão para inadimplência, conforme nota 5. (iv) Reconhecimento de indenização proveniente de desfecho favorável no processo arbitral por reparação de perdas e danos no valor de R\$9,4 milhões conforme nota explicativa 9.

17. Outras receitas operacionais

Referese, majoritariamente, ao contrato de arrendamento operacional de fibra ótica, firmado em 12/01/2012, com vigência total de 20 anos. O montante atualizado em 31/12/2023 é de R\$16.437 (R\$15.414 em 31 de dezembro de 2021).

18. Resultado financeiro

Receitas financeiras:

Rendimentos de aplicações financeiras 8.472 5.820

Rendimento de depósitos vinculados 783 -

Atualizações monetárias (i) 2.786 1.949

Atualização de depósito judicial 874 1.705